



XVIII ENANPUR
NATAL 2019
27 a 31 maio

OS USOS TEMPORÁRIOS NO PLANEJAMENTO URBANO

Autores:

Tiago Balem - UFRGS - tiagobalem@gmail.com

Resumo:

Em muitas cidades do mundo realizam-se ações efêmeras em terrenos baldios, edifícios abandonados e espaços urbanos degradados com o objetivo de transformá-los em cenários para atividades recreativas, clubes comunitários, empresas criativas, economias nômades e mercados informais. Precisamente nesses lugares tem havido, uma produção cultural inovadora e eles têm se tornado uma esfera pública vibrante por meio da participação das comunidades. Este artigo apresenta a abordagem dos usos temporários de espaços da cidade como maneira para pensar o planejamento urbano, e estrutura-se a partir de uma leitura do problema por camadas. A camada 1, Cidade contemporânea em tempos fluidos - uma narrativa, apresenta uma reflexão sobre a sociedade contemporânea, na perspectiva de entendê-la em rede e fluída, aproximando-a de uma noção de um urbanismo também fluído. Na camada 2, Microurbanismo efêmero - uma prática, debruça-se sobre novas teorias e estudos de caso que têm se dedicado a compreender ações de usos temporários. A camada 3, O uso temporário no planejamento urbano - uma possibilidade, busca estabelecer a relação dessas práticas com a teoria no urbanismo.

OS USOS TEMPORÁRIOS NO PLANEJAMENTO URBANO

INTRODUÇÃO

Em muitas cidades do mundo realizam-se ações efêmeras em terrenos baldios, edifícios abandonados e espaços urbanos degradados com o objetivo de transformá-los em cenários para atividades recreativas, clubes comunitários, empresas criativas, economias nômades, mercados informais, bares e vida noturna. Precisamente nesses lugares tem havido, atualmente, uma produção cultural inovadora e eles têm se tornado uma esfera pública vibrante por meio da participação das comunidades. Este artigo apresenta a abordagem dos usos temporários de espaços da cidade como maneira possível para pensar o planejamento urbano, a partir de manifestações contemporâneas de ações promovidas pela sociedade.

Os usos temporários estão surgindo onde o Estado falha em atender demandas da sociedade; há flexibilidade no planejamento urbano; há reunião de pessoas interessadas em projetos coletivos e áreas nas quais o uso compartilhado é viável. Alguns usos são planejados e formais, outros são informais, acidentais, espontâneos ou até mesmo ilegais. Alguns ocorrem quando uma cidade está encolhendo, outros, quando está crescendo e muitos, ainda, em áreas abandonadas. Alguns usos duram uma noite ou um fim de semana, enquanto outros podem durar cinco anos ou mais. Dada essa ampla gama de características, as atividades temporárias precisam ser definidas com cuidado.

O uso temporário tem um período de duração determinado e se expressa por meio das mais variadas tipologias formais e funcionais. A maioria dos autores consultados, os quais serão apresentados no decorrer deste artigo, sinalizam a dificuldade em criar critérios de análise e categorias para esses tipos de propostas. Até o momento, esta pesquisa assume, a partir de uma apreciação preliminar, que essas ações conformam-se e definem-se por dois eixos principais: um de caráter social e outro de caráter econômico.

Do eixo social (figura 1 e 2), vê-se emergir inúmeras ações de utilização de todo tipo de espaços urbanos, promovidas por movimentos sociais e coletivos empenhados na construção de melhoria das suas vidas em comunidade. Em sua maioria, as ações produzidas têm caráter de cidadania, política ou arte. Essas ações efêmeras apresentam um vínculo a um determinado contexto, causa ou interesse específico do grupo promotor que constrói ocupações e intervenções urbanas de pequena escala para melhorar a vida coletiva em seu próprio cotidiano.



Figura 1. Jardim público e espaço cultural em terreno baldio em Londres.
Fotografia: Union Street Urban Orchard
Fonte: www.killingarchitects.com/. Acesso maio 2018.



Figura 2. Mobiliário construído de forma colaborativa no Largo da Batata, São Paulo.
Fotografia: A Batata Precisa de Você. Fonte: <http://www.obeiijo.com.br/eventos/curso-discute-ocupacao-do-espaco-publico-12769917>. Acesso maio 2018.

Por outro lado, no eixo econômico (figura 3, 4 e 5), proliferam ações comerciais temporárias em busca de novos formatos para produção de renda, oportunidades de espaços de criação, visibilidade ao trabalho e experiências de consumo. Os grupos que praticam estas ações investem temporariamente em vazios urbanos, espaços deteriorados, edifícios abandonados ou mesmo em espaços públicos convencionais, valendo-se da condição atmosférica do lugar e de sua vacância como elemento de seu projeto.



Figura 3. Horta e feira de produtos alimentícios.
Fonte: <http://www.killingarchitects.com>. Acesso maio 2018.



Figura 4. The Haus. Galeria de arte de rua em Berlim.
Fotografia: Estilo Palma.
Fonte: <http://www.estilopalma.com/2017/05/temporary-art-haus-berlin-iii/>. Acesso maio 2018.



Figura 5. Larkin Square, em Buffalo, Nova Iorque, hospeda eventos de food truck e concertos, transformando uma área industrial abandonada em um espaço vibrante.
Fonte: <https://www.huduser.gov/portal/periodicals/em/winter14/highlight4.html>. Acesso maio 2018.

O uso temporário no planejamento urbano é um assunto relativamente novo. Recentemente, essas práticas vêm recebendo atenção na academia em diferentes partes do mundo a partir de pesquisas e também como temática em congressos sobre espaço público e cidades. Além disso, inúmeras revistas especializadas de arquitetura têm publicado matérias a esse respeito, assim como há diversos blogs de movimentos sociais, sites de escritórios de arquitetura e de empreendedores que produzem tais ações efêmeras. Apesar de já existir um considerável volume de produção científica, a pesquisa ainda tem muito a desenvolver.

Devido ao vasto universo de tipos que comportam, as manifestações efêmeras na cidade contemporânea vêm recebendo diferentes termos para sua definição ou abordagem, como, por exemplo: *Placemaking*, *Playstreet*, *Guerrilla Urbanism*, *Selfmade City*, *Insurgent Public Space*, *Occupy*, *Temporary City*, *Post-it-City*, *Tactical Urbanism*, *Handmade Urbanism*, Microplanejamento Urbano, entre outros. Pesquisadores estão tateando, ainda, as fronteiras entre um projeto e outro, e tais acepções são usadas conceitualmente para distinguir determinadas especificidades, cujas propostas diferem umas das outras quanto a tipologias formais e funcionais; se têm objetivos políticos, estéticos, sociais ou econômicos; e, ainda, se são casos legais ou não. Mas, dentre todas essas diferenças, pode-se considerar que a temporalidade de suas ações é o cerne que as define. Foi o que concluiu uma das primeiras tentativas de pesquisas neste campo, realizada pelo Urban Catalyst (2013); de acordo com o grupo de pesquisadores de Berlim, um uso é definido como temporário se aqueles que o iniciam e os outros envolvidos esperam que seja de duração limitada.

Além da questão do tempo, outra característica comum desses atos está no fato de que a maioria são propostas desvinculadas de instituições tradicionais e do Estado, promovidas por movimentos coletivos e informais, em um movimento denominado no âmbito do urbanismo como de abordagem *bottom up*¹. Nesses projetos, suas ações baseiam-se firmemente na colaboração do usuário, de modo que, além de alterar a forma de construir projetos urbanos, têm a habilidade de informar desejos da comunidade quando ela passa a ser protagonista por meio de pequenos projetos – que, segundo Lydon e Garcia (2015, p. 34), são “capazes de construir um sentido para a comunidade”. Além disso, os autores afirmam que as ações de usos temporários de espaços partem da valorização e da construção sobre o que já está no local – por isso o vínculo da comunidade –, sendo suas propostas ações que visam melhorar as suas vidas dentro de sua microescala urbana. O uso sazonal, com duração preestabelecida, mostra-se como uma alternativa programada para reativar e reabilitar espaços abandonados que serviriam de base para uma multiplicidade de usos temporários. Aquele vazio não utilizado, um solo em repouso econômico, produto de uma lógica de exploração que o define como capital não utilizado, poderia ser ocupado por funções temporárias que seriam capazes de desempenhar e preencher o vazio, oferecendo locais acessíveis para que as comunidades decidam o seu destino até que um mais perene seja planejado.

¹ Tradução para o português – de baixo para cima. No campo do planejamento, isso significa as ações que são realizadas com a participação dos usuários/comunidades envolvidos em um projeto urbano. É um movimento em contrapartida àquelas ações de abordagem *top down* – de cima para baixo, como são a maioria dos projetos urbanos.

O artigo estrutura-se a partir de uma leitura do problema por camadas. A camada 1, Cidade contemporânea em tempos fluidos – uma narrativa, apresenta uma reflexão sobre a sociedade contemporânea, na perspectiva de entendê-la dentro de uma sociedade em rede e fluída. Para tanto, a primeira camada fundamenta-se principalmente em dois teóricos: Castells (1995), (1999) e Baumann (2001), (2002). Ainda nessa sessão, aprofunda-se a temática da sociedade contemporânea, aproximando-a de uma noção de um urbanismo também fluído. Para isso, utiliza-se a teoria formulada por Ignácio Solé-Morales (2002) de arquitetura líquida. Na camada 2, Microurbanismo efêmero – uma prática, esta pesquisa debruça-se sobre as novas teorias, os conceitos e estudos de caso que têm se dedicado a compreender projetos e ações de usos temporários, ou seja, aqueles que agem sobre espaços degradados por um tempo determinado e contam com a participação cidadã. As principais referências teóricas desta sessão são as pesquisas do coletivo Urban Catalyst (2013); de Lydon e de Garcia (2015); Bishop e Williams (2012); e Rosa (2011), (2016). A camada 3, O uso temporário no planejamento urbano – uma possibilidade, busca estabelecer a relação dessas práticas com a teoria da área do urbanismo, utilizando como principais autores: Lefebvre (1991); Jacques (2003); e Certeau (2014).

A cidade contemporânea em tempos fluidos – uma narrativa

O período contemporâneo tem sido caracterizado por uma aceleração associada às profundas transformações tecnológicas, às novas lógicas de flexibilização das relações de trabalho, à sociedade de consumo de massas e à constituição de um meio técnico-científico-informacional. Nesse horizonte, acentua-se uma crise das formas de materialização, representação e inteligibilidade das relações mantidas entre os diferentes atores sociais.

Bauman, em *Modernidade Líquida* (2001), argumenta que, nos últimos cinquenta anos, passou-se de uma “fase sólida da modernidade” para o que chama de uma “fase líquida”. O autor assevera que a modernidade caracteriza-se pela capacidade de produzir o “derretimento dos sólidos”. Entretanto, a fase sólida foi baseada em uma crença de que era possível fazer um mundo perfeitamente racional, onde os indivíduos que compõem a sociedade poderiam ter a liberdade de construir suas vidas individualmente, mas desde que submetidos a um Estado ordenador e parâmetros sociais estabelecidos. A modernidade sólida não deixava espaços para incógnitas e incertezas, e isso se transmitia por meio do controle sobre a natureza, da criação de burocracias hierárquicas, normas e regulamentos. Esses mecanismos de controle procuravam remover inseguranças pessoais, dando, aos aspectos da vida humana, formas bem ordenadas e familiares. Assim, nessa fase, a modernidade substituía um modelo sólido por outro (BAUMAN, 2001, p. 12).

Bauman (2001) afirma que, agora, vive-se na modernidade líquida – uma fase que, como um líquido, não pode manter sua forma por muito tempo. Já não se acredita em um estado de perfeição: a mudança está aqui para ficar e é uma condição permanente da vida humana. Vive-se em um eterno remodelar-se, o que faz crescer a ambivalência e os sentimentos de incertezas. A passagem global de sólido para líquido da modernidade tem

confrontado indivíduos com uma série de novos desafios. Formas sociais e instituições já não têm tempo suficiente para solidificar modelos e não servem de referência para planos de vida a longo prazo. Assim, indivíduos têm de encontrar outras maneiras de organizar suas vidas. Eles têm que unir uma série interminável de projetos de curto prazo que podem não corresponder ao tipo de sequência para que conceitos como "carreira" e "progresso" sejam significativamente aplicados. Isso gera uma forma de "nomadismos", em que se configuram fluxos individuais – seja mudando-se de lugares ou empregos, cônjuges ou valores. A modernidade líquida é caracterizada por incerteza, risco e mudança contínua. O que é digno de confiança hoje pode não sê-lo amanhã. Tais vidas fragmentadas sugerem a exigência de indivíduos e sociedades flexíveis e adaptáveis – estar constantemente prontos e dispostos a mudar de tática a curto prazo, a abandonar compromissos e a buscar oportunidades de acordo com sua disponibilidade atual. Pode-se especular, portanto, que, em tal mundo, poderia ser esperado o florescimento de todos os tipos de atividades temporárias.

Bishop e Williams, em *Temporary City* (2012), colocam que as crescentes incertezas sobre as condições políticas, econômicas e ambientais, antes assumidas como imutáveis, vêm sofrendo transformações. Desde a derrubada do Muro de Berlim e o fim do comunismo, a forma como se vê o mundo tornou-se mais fluida. Não são mais os grandes blocos de poder que estão em conflito aberto como foi durante a maior parte do século XX. A eliminação dessas barreiras causou o fim de muitas das certezas políticas dessa era. O aquecimento global, a ocorrência de catástrofes naturais – como o tsunami que atingiu a costa do Oceano Índico em 2004, o furacão que devastou Nova Orleans em 2005, os terremotos que atingiram o Haiti e Chile em 2010, ou no Japão, em 2011 – contribuíram para a percepção de que as estruturas feitas pelo homem são mais frágeis e temporárias do que se pensava. A crise financeira de 2008, causada pela especulação e pelo excesso de valorização de ativos do mercado dos Estados Unidos, demonstrou a insuficiência de liquidez no sistema bancário desse país e transformou o boom econômico global que era visto como permanente em uma crise causadora de um colapso financeiro global. Para os autores, os efeitos dessas crises econômicas, dos colapsos geopolíticos e das catástrofes ambientais exigem das pessoas, dos mercados e do planejamento urbano ações com novas visões – mais flexíveis e capazes de lidar com ambientes de incertezas e mudanças constantes.

Castells, em *A Sociedade em Rede* (1999), anuncia que mudanças vêm reestruturando e influenciando a sociedade por meio da “transformação de nossa cultura material pelos mecanismos de um novo paradigma tecnológico que se organiza em torno da tecnologia da informação”. Se anteriormente o valor de uma sociedade estava baseado na sua capacidade de produção, hoje, sua medida está muito mais na capacidade de fluxos de informação. O conhecimento como principal fonte produtiva exige do capitalismo uma profunda reestruturação e caracteriza-se por maior flexibilidade de gerenciamentos, individualização e diversificação cada vez maior das relações de trabalho, as quais descentralizam as atividades produtivas (CASTELLS, 1999, p. 49).

Castells, em *La ciudad informacional: tecnologías de la información, reestructuración económica y el proceso urbano-regional* (1995), elabora a tese de que desenvolve-se em todas as sociedades um processo geral de transformação do espaço à medida que elas se articulam, de modo crescente, em um sistema global. O espaço de fluxos ocupa o centro dessa transformação, uma forma de articulação a-espacial do poder e da riqueza do mundo

de hoje. A localização espacial geográfica (cidades, empresas, governos, moradia) está relativizada pelo espaço de fluxos, que impõe uma lógica que suspende a prioridade da continuidade física na dinâmica das trocas.

Reyes, em *Quando a Rua Vira Corpo* (2005), afirma que esse novo paradigma traz em si uma nova relação de tempo e espaço. Sendo a informação matéria-prima muito mais flexível e com capacidades de assumir distintas materialidades, “necessita muito pouco de um lugar preciso”. A liberação de um lugar fixo tenciona o modelo de configuração das cidade não mais apoiada na territorialização fixa dos espaços construídos. Segundo o autor, “há uma nova concepção de cidade sendo gerida aí: mais flexível e menos territorializada” (REYES, 2005, p. 27).

Duarte, em *Crise das matrizes espaciais* (2002), expõe que essa mudança do paradigma industrial para o informacional traz reflexos para a conformação das cidades e dos territórios, pois estimula práticas de interconexões e independência do território por meio da possibilidade de ações à distância, desenvolvidas na nova sociedade em rede. O encontro para trocas entre os indivíduos, premissa da origem e existência das cidades, está mediado, hoje, em grande proporção, por cabos e teclados de um computador (DUARTE, 2002).

Se no modelo sólido a indústria e o comércio precisavam do livre acesso para o fluxo de suas produções ocupando a infraestrutura técnica das cidades, atualmente, as redes de comunicação e a outra ordem na produção de mercadorias orientam seus fluxos por canais digitais. Devido às facilidades geradas pelas técnicas, os deslocamentos multiplicam-se, prolongam-se, representando uma forma relativa de autonomia dos habitantes em relação às suas ações no espaço urbano. Isso permite que eles organizem suas existências segundo temporalidades e espacialidades mais pessoais. Dessa forma, quais são os reflexos no espaço urbano e nas inúmeras infraestruturas que servem a esse modelo? Essa pesquisa pretende ater-se aos possíveis fenômenos e considera que parecem surgir daí outros tipos de tecidos urbanos, mais suaves, que se aproximam de possíveis “estruturas líquidas” transpondo a ideia do sociólogo Zigmund Bauman para a arquitetura e o urbanismo.

Solà-Morales, em *Territorios* (2002), conceituou arquitetura líquida como “aquela que substitui a firmeza pela fluidez e a primazia do espaço pela primazia do tempo” (SOLÀ-MORALES, 2002, p. 127). O autor lembra que, entre os três conceitos vitruvianos definidores da arquitetura – firmeza, utilidade e beleza –, firmeza é o que mais claramente determina que em arquitetura se encontram características físicas, as quais têm a ver com soluções formais, assim como a ideia de estabilidade, delimitação espacial, solidez e, por fim, um “saber e uma técnica ligados à permanência” (SOLÀ-MORALES, 2002, p. 126). Contudo, parece que hoje, mais do que nunca, a sociedade tem abandonado a estabilidade que o mundo fomentou no passado, para, ao contrário, assumir um dinamismo que estimula mudanças e transformações, processos que, segundo o autor, são mais estabelecidos pelo tempo.

Uma “arquitetura líquida” está preocupada em dar configuração não à estabilidade, mas à fluidez cambiante da realidade. Para Solà-Morales, arquitetura líquida representa um sistema que não se reduz a uma configuração, mas onde “espaço e tempo estão

simultaneamente presentes como categorias abertas, múltiplas, não redutíveis, organizadoras desta abertura e multiplicidade” (SOLÀ-MORALES, 2002, p. 130). Supõe-se que esse raciocínio não seja restrito à arquitetura, mas estenda-se ao urbanismo, tendo em vista a multiplicidade das experiências abertas pelos espaços dos fluxos e da dilatação dos espaços fixos. Se há a necessidade de lidar com a fluidez espacial, que leva ao cabo as atividades diárias a qualquer lugar e a qualquer hora, há a necessidade de se pensar um urbanismo também em estado fluído. As formas fluidas e cambiantes no urbanismo ocorrem no espaço que dá suporte às práticas sociais por meio da co-habitação de múltiplas funções continuamente flexibilizadas e resignificadas. É essa efemeridade transitória que confere ao espaço urbano contemporâneo seu caráter fluído.

Microubanismo efêmero – uma prática

Conforme visto anteriormente, há uma série de manifestações de usos temporários acontecendo nas cidades atualmente. Acredita-se que o aumento desse tipo de proposta, tenha uma correlação com um urbanismo em estado fluído. A característica mais comum a todas é que são ações com tempo delimitado; por isso, o primeiro parâmetro que esta pesquisa tomou é a definição proposta por Urban Catalyst (2013), que determina que um uso é definido como temporário se aqueles que o iniciam e os outros envolvidos esperam que seja de duração limitada.

Apesar de delimitar uma das características mais recorrentes desse tipo de projeto, outras especificidades se fazem necessárias para ressaltar e compreender o fenômeno de forma mais abrangente, reconhecer suas facetas e, com isso, alcançar um conceito mais apropriado e operacional para futuras categorias de análises. Para isso, é necessário percorrer outros termos frequentemente utilizados. Em geral, essas outras terminologias estão coladas a nomes de publicações e grupos, cada uma defendendo o conceito/termo que criou. Apesar de serem muito parecidos uns com os outros e definirem praticamente os mesmos tipos de projeto, algumas diferenças complementam o conceito paralelamente tomado. Dada a frequência com que são citados nas pesquisas que estão sendo realizadas dentro desse escopo de trabalho, a seguir, são apresentados os termos mais disseminados, também aqueles mais popularizados pelos produtores dessas práticas, salientando-se, contudo, que isso se dá apenas de forma panorâmica neste artigo. Dentre eles, conceitua-se *Placemaking*, *Playstreet*, *Insurgent Public Space*, *Tactical Urbanism*, *Occupy*, *Temporary City*, *Post-it-City*, *Handmade Urbanism* e *Microplanejamento Urbano*.

Placemaking é uma palavra da língua inglesa e poderia ser traduzida como "fazer lugares". O termo foi cunhado pelo *Project for Public Space – PPS*² uma organização sem fins lucrativos criada em 1975 e com base em Nova Iorque, mas com atuação mundial. Através do *Placemaking Leadership Council* (Conselho de Lideranças em Placemaking), a PPS está trabalhando na criação de uma rede que conta com cerca de três mil comunidades em

² <https://www.pps.org> – Acesso em: abr. 2018.

quarenta e sete países. Em outubro de 2014, o movimento se instituiu no Brasil com a criação do Conselho Brasileiro de Lideranças em Placemaking³.

O processo de *Placemaking* da PPS partiu do trabalho de William H. Whyte, *The Social Life of Small Urban Spaces* (1980), cuja proposta foi desenvolvida em pesquisa realizada durante a década de 1970 e consiste em olhar, ouvir e fazer perguntas para as pessoas que vivem, trabalham e frequentam um espaço em particular, com o objetivo de descobrir suas necessidades e aspirações e, junto delas, construir um lugar coletivamente. Segundo o livro Guia do Espaço Público⁴ – Lugares para Transformar, de Jeniffer Heemann e Paola Caiuby Santiago (2015), uma adaptação do conteúdo elaborado pela PPS, os lugares produzidos são “espaços públicos que estimulam interações entre as pessoas entre si e entre as pessoas e a cidade, promovendo comunidades mais saudáveis e felizes” (HEEMANN e SANTIAGO, 2015, p.10).

A essa definição, acrescenta-se outra característica importante aos usos temporários: o trabalho coletivo e autoproduzido. Com suas raízes na participação comunitária sugerida por Whyte (1980), o *Placemaking* abrange o planejamento, o desenho, a gestão e a programação de espaços públicos. Segundo o site de PPS, o *Placemaking* não quer apenas criar melhorias no desenho urbano, mas facilitar a criação de atividades e conexões (culturais, econômicas, sociais, ambientais) que dariam suporte para a evolução desse espaço.

Não por acaso, apresentou-se por primeiro esse termo. Trata-se do mais popular no Brasil, principalmente mencionado entre profissionais e estudantes de arquitetura e urbanismo, mas também entre participantes de coletivos que praticam essas ações, como, por exemplo, grupos que promovem ocupações de vagas de estacionamento e de jardins e hortas urbanas, assim como nos sites populares de arquitetura e urbanismo.

Seguindo o que parecer ser um movimento de ocupações de espaços públicos tradicionais e sua transformação programada por meio de usos temporários, pode-se listar uma série de exemplos e novos termos que surgiram, talvez com inspiração no *Placemaking*. Os que serão listados a seguir acrescentam outra característica frequente aos usos temporários aos quais esta pesquisa se refere – o caráter ativista.

Por exemplo, o *Playstreet*, que em tradução livre da língua inglesa para o português poderia ser chamado de “ruas para brincar”, consiste em fechar ruas para a circulação de carros e promover ações para recreação com foco nas crianças, mas acaba envolvendo pessoas de todas as idades. Segundo a *London Play*⁵, uma Organização Não Governamental que promove o *Playstreet* em Londres, o foco de seu trabalho é devolver o espaço da rua para as pessoas em detrimento do excessivo espaço do carro nas cidades.

³ Ver: <https://www.placemaking.org.br/> – Acesso em: abr. 2018.

⁴ Ver: <http://www.placemaking.org.br/home/wp-content/uploads/2015/03/Guia-do-Espaco-Publico1.pdf> – Acesso em: abr. 2018.

⁵ Ver: <https://www.londonplay.org.uk> – Acesso em: mai. 2018.

Com semelhanças no sentido proposto acima, outros projetos como Massa Crítica⁶, Vaga Viva⁷, Zona Verde, *Park(ing)*⁸ e *Parklets* atuam temporariamente, inserindo ações no lugar do carro. Enquanto o projeto Massa Crítica produz regularmente atos de circulação em grupos de ciclistas pelas ruas das cidades onde atuam, os demais projetos propõem a criação de lugares efêmeros no formato de sala de estar no lugar de uma vaga de estacionamento de carros na rua. Conceitualmente, não há diferenças significativas entre os dois termos. Esse tipo de proposta, com certa pressa, poderia ser chamado de um projeto de *Placemaking* – inclusive, grupos de *Placemaking* fazem Vagas Vivas –, mas tomam-se os referidos termos para essa distinção devido à frequência com que são utilizados. O que interessa frisar, neste momento, é que não há um tipo de projeto de *Placemaking*, o qual, segundo a definição do PPS, procura criar espaços públicos e conexão de atividades, pessoas e a cidade, mas outros termos são gerados quando um modelo, um grupo ou uma causa específica se estabelece dentro do formato de usos temporários.

Nessa mesma perspectiva de projetos ativistas que usam temporariamente um espaço e se posicionam como uma forma de protesto urbano, há os formatos intitulados de *Guerrilla Urbanism e Insurgent Public Space*⁹. Não há diferenças conceituais entre os dois termos, ambos podem ser definidos como: ações de usos temporários, espaços de contestação cívica, atividades informais e autoproduzidas por grupos e indivíduos autônomos. Esses termos, também com origem na língua inglesa, são expressões incorporadas em artigos em português como “Urbanismo de Guerrilha” e “Espaços Públicos Insurgentes”, respectivamente, e são usados no Brasil como adjetivos de projetos com essa envergadura.

No livro *Insurgent Public Space*, o autor Jeffrey Hou (2012) reúne vinte estudos de casos ilustrando esses “Espaços Públicos Insurgentes” e demonstra exemplos em várias partes do mundo que vão de jardins comunitários em Seattle e Los Angeles, dança de rua em Pequim, ações de *flash mob*¹⁰ e eventos temporários em Nova Iorque até a transformação de estacionamento em parques temporários em São Francisco. A partir de uma coleção de artigos, Jeffrey Hou fornece uma visão crítica de como as questões sociais, políticas, econômicas e culturais contemporâneas estão sendo estruturadas e contestadas no âmbito público atual. Para o autor, espaços públicos insurgentes não se limitam a lugares convencionais, como parques urbanos, praças, jardins comunitários e outros espaços planejados ou paisagísticos. Para o autor, os espaços urbanos insurgentes expandem, complementam e redefinem o conceito de espaço público ao incluí-los como um novo formato. Ainda, afirma que as atividades insurgentes que ocorrem dentro desses espaços estendem a imaginação do protesto público popular nas cidades.

⁶ Ver: <https://massacriticapoa.wordpress.com> – Acesso em: mai. 2018.

⁷ Ver: <http://vadebike.org/2013/08/zona-verde-parklet-vaga-viva/> – Acesso em: mai. 2018.

⁸ Ver: https://en.wikipedia.org/wiki/Rebar_art_and_design_studio – Acesso em: mai. 2018.

⁹ Nome de livro editado por Jeffrey Hou, lançado em 2012, com registros de diversos projetos que ocupam espaços públicos investidos com materiais provisórios que redesenham suas funções.

¹⁰ “*Flash Mobs* são aglomerações instantâneas de pessoas em certo lugar para realizar determinada ação inusitada previamente combinada, estas se dispersando tão rapidamente quanto se reuniram. A expressão geralmente se aplica a reuniões organizadas através de e-mails ou meios de comunicação social, notadamente pelas redes sociais digitais.” Fonte: https://pt.wikipedia.org/wiki/Flash_mob - Acesso em: mai. 2018.

O espaço público insurgente é, ao mesmo tempo, espontâneo e radical, mas, para Hou (2012), também planejado e progressivo. As ações nessas arenas públicas e urbanas tipicamente não têm nenhum líder particular ou burocracia associada, mas demonstram como grupos marginalizados podem moldar espaços, com propostas que vem de baixo para cima, a partir de um consenso coletivo de base. Para Hou, o urbanismo guerrilheiro, expressão que ele também utiliza, está fomentando espaços públicos "menores, mas maiores" no sentido do alcance simbólico e de coletividade conquistada (HOU, 2012, p. 53).

O autor organizou o livro em seis capítulos baseados em características das intervenções: 1) *Appropriating*, 2) *Reclaiming*, 3) *Pluralizing*, 4) *Transgressing*, 5) *Uncovering* e 6) *Contesting*. O primeiro capítulo, *Appropriating* (apropriar-se), analisa a forma como as pessoas taticamente usam o espaço aberto para imbuí-lo de um novo significado, enquanto o segundo capítulo, *Reclaiming* (recuperar), analisa a forma como são subutilizados espaços urbanos frequentemente abandonadas, os quais foram ressuscitados pelas iniciativas coletivas. O capítulo *Pluralizing* (pluralizar) examina como diferentes grupos étnicos interpretam e transformam o significado e a função dentro do espaço aberto, criando um espectro mais heterogêneo de realidades espaciais. *Transgressing* (transgredir) avalia como os domínios público-privados do espaço aberto foram violados, atravessados e negociados por grupos de pessoas. *Uncovering* (descobrir) dá exemplos de espaços públicos que foram redescobertos e reconfigurados, revelando memórias latentes e ocultas na paisagem urbana. O capítulo final, *Contesting* (contestar), traz à luz a luta por identidade e direitos no âmbito público.

De fato, o século XXI tem experimentado um novo movimento no espaço público, que foi transformado e elevado a um sentido coletivo com alcances globais. O movimento de ocupações de espaços públicos como forma de protesto em busca de justiça social e econômica elevou o protagonismo de lugares que passaram a ser reconhecidos em todo o mundo com outras identidades a partir da tomada desses lugares pelas pessoas articuladas sobre um ideal coletivo.

Neste contexto, surge o termo *Occupy*. Em 2011, o mundo inteiro passou a saber das manifestações que aconteciam diariamente na Praça Tahir, no Cairo, Egito, parte do movimento revolucionário iniciado na Líbia, com repercussão também na Síria e na Tunísia, que ficou conhecido como Primavera Árabe. Em comum, são ações que se concentraram no espaço público e que levaram países¹¹ do norte da África e parte do Oriente Médio a depor governos e ditaduras que duravam décadas.

Esses movimentos ativistas tomaram proporções epidêmicas em todo o globo em uma sincronia cosmopolita viral em 2011. Na margem sul do Mediterrâneo, viu-se surgir uma sequência de ocupações espontâneas no espaço público, como, por exemplo, na Espanha, com Los Indignados na Praça Puerta Del Sol; em Portugal, com a Geração Rasca, e na Grécia, com a tomada da Praça Syntagma. A ocupação mais famosa no ocidente aconteceu em Nova Iorque, onde o termo *Occupy* nasceu, com o *Occupy Wall Street* – um protesto em formato de acampamento de grandes dimensões contra as desigualdades socioeconômicas evidenciadas pela crise econômica global de 2008. À semelhança dessas

¹¹ Tunísia, Argélia, Jordânia, Egito, Iêmen, Omã, Sudão, Iraque, Kuwait, Líbia.

propostas, surgiram, em seguida, em mais de 90 países, em quase mil cidades do globo, ocupações de espaços públicos. No Brasil, em 2013, assistiu-se as maiores manifestações populares até então, espalhadas por todo o país, denominadas como as Jornadas de 2013.

Muitos pensadores e críticos dessa situação elaboram análises sobre questões e significados das ocupações sob diferentes perspectivas. Alguns exames tomam como fato novo a influência e a força da internet como meio de articulação e mobilização. Outros assumem que o fenômeno surge em meio à falta de uma definição estratégica, programática e teórica dentro de uma crise do capitalismo. Para esta pesquisa, neste momento, o que importa é a questão colocada por David Harvey, que aponta para a “união de corpos no espaço público” como o fato importante e a ser valorizado (HARVEY, 2012, p. 10).

É sobre esse ponto, de iniciativas articuladas de baixo pra cima ou bottom up, que surgem outros três termos que, embora definam ações semelhantes, falam de contextos distintos: *Tactical Urbanism* ou Urbanismo Tático, termo disseminado por Mike Lydon e Anthony Garcia; e Microplanejamento Urbano e *Handmade Urbanism*, por Marcos L. Rosa e Ute E. Weiland. Para Lydon e Gracia (2015), Tatical Urbanism ou Urbanismo Tático está relacionado a ações de pequena escala, servindo a um propósito maior ou a um planejamento para alcançar um propósito com respostas intencionais e flexíveis. Os autores definem o seu conceito como um tipo de planejamento urbano de

[...] abordagem para a construção e ativação de vizinhanças, utilizando intervenções e políticas de curto prazo, de baixo custo e escalonáveis, que utilizam processos de desenvolvimento abertos e interativos, com usos eficientes de recursos e potenciais criativos para a interação social. (LYDON e GRACIA, 2015, p. 2).

Em defesa do conceito a partir do qual estabelecem suas práticas como planejadores urbanos há alguns anos, os autores posicionam as vantagens do Urbanismo Tático para diferentes atores envolvidos nesse tipo de proposta. Segundo eles, para os cidadãos, o Urbanismo Tático permite atender as reivindicações imediatas, com o “redesign ou a reprogramação do espaço público” (LYDON E GRACIA, 2015, p. 2). Para desenvolvedores ou empreendedores, fornece um meio de coletar inteligência do mercado ao qual eles pretendem servir. Para as organizações, é uma maneira de mostrar o que é possível para conseguir apoio público e político. Para o governo, é uma maneira de estabelecer melhores práticas de forma mais precisa.

Assim como em *Tatical Urbanism*, *Handmade Urbanism*¹², de Marcos L. Rosa e Ute E. Weiland, e “Micro-planejamento Urbano”¹³, de Marcos L. Rosa, os autores editaram seus livros incluindo iniciativas conduzidas pelos cidadãos “de baixo para cima”, efêmeras e autoproduzidas. A diferença entre as publicações, já que conceitualmente entre os termos

¹² Nome de um livro editado por Marcos L. Rosa e Ute E. Weiland, lançado em 2013, em que os autores registram casos que utilizam espaço público carente de equipamentos com “práticas criativas” temporárias.

¹³ Nome de um livro com diversos projetos desse tipo editado por Marcos L. Rosa, em 2011, com registros semelhantes à nota anterior.

não há, diz respeito a onde os casos foram coletados: enquanto o primeiro (*Tactical Urbanism*) deteve-se em casos dos Estados Unidos, o segundo (*Handmade Urbanism*) registrou exemplos em cidades de países subdesenvolvidos e o último (Microplanejamento Urbano) somente em São Paulo, e isto diz muito sobre os casos, tendo em vista as diferenças sócio-culturais-econômicas entre os países.

Handmade Urbanism fala sobre iniciativas comunitárias, do espírito de empreendedorismo, da capacidade de negociar e construir alianças, das capacidades produtivas embutidas, dos modos participativos para cenários futuros, registrados pelos autores em cidades como Mumbai, São Paulo, Cape Town e Istambul. Como dito, até aí não há novidade em relação aos demais termos. O que Rosa e Weiland (2014) atualizam para esta pesquisa é que as práticas que nascem das necessidades cotidianas das comunidades são como um pré-levantamento urbanístico ou, ainda, como os planejadores urbanos gostam de usar, um diagnóstico. Seus projetos manifestam desejos que podem ser interpretados como uma forma de explicação da cidade que emerge das comunidades. Isso fica evidente por meio dos tipos de iniciativas divididas em tipologias que expandem significativamente o rol de ações dos usos temporários, considerando que vão de habitação, saúde, cultura e recreação, educação e treinamento profissional, criação de empregos, assistência social, paisagismo e direitos e ativismo. O termo cunhado pelos autores como *Handmade Urbanism* enfatiza que esses usos temporários falam genuinamente da comunidade, de dentro dela e por ela mesma.

Já o livro *Micro Planejamento – Práticas Urbanas Criativas*, Rosa (2011) serve para atualizar o sentido dado aos usos temporários ocorridos até então, porque parte do princípio de que eles surgem como um impulso de conexão e coexistência com a escala humana na cidade frente à falta de qualidade dos equipamentos técnicos que o planejamento urbano produz, visto que esses processos surgem exatamente nesses espaços urbanos desperdiçados, vazios, subutilizados, residuais. Para o autor, contudo, são usados como campos para “práticas urbanas criativas”, que representam uma “possibilidade de reestruturação urbana comprometida com a escala local” (ROSA, 2011, p. 16). Essa hipótese é ampliada pelo autor em sua tese de doutorado, defendida em 2016 sob o título: *From Modern Infrastructures to Operational Networks - The Qualification of Local Space at Existing Large Scale Utility Infrastructure: A Method for Reading Community-Driven Initiatives. The Case of São Paulo*¹⁴, em que Rosa (2016) apresenta essa possibilidade de conexão estabelecida por esse tipo de projeto com as infraestruturas urbanas e técnicas, especificamente na cidade de São Paulo. Rosa (2011) define essas ações como “microarquiteturas sobrepostas às estruturas modernas monofuncionais, anexando complexidades capazes de induzir espaços urbanos de qualidade” (ROSA, 2011, p. 22).

Quando essas ações são bem-sucedidas, fazem espaços abandonados voltarem a integrar a cidade e os lugares funcionam como atrativos urbanos. Ou seja, espaços até então desvalorizados e ocultos ganham visibilidade e vitalidade. Em algumas situações, essas “práticas urbanas criativas”, como o autor as refere, aparecem como soluções informais para organizar lugares para o encontro – pontos de contato que resistem à desertificação de

¹⁴ Tradução: Das Infraestruturas Modernas às Redes Operacionais - A Qualificação do Espaço Local na Infra-estrutura Utilitária Existente de Grande Escala: Um Método para Ler Iniciativas Orientadas pela Comunidade. O caso de São Paulo.

espaços coletivos de qualidade, com projetos que tencionam limites interdisciplinares à construção de novas pontes para a produção de arquitetura e cidade. Percebe-se que muitos casos revertem a negatividade do lugar, doando valor e visibilidade àquilo que estava oculto.

Coube aos títulos Temporary City¹⁵ e Post-it-City¹⁶ ampliar e colocar os usos temporários também nas tipologias comerciais. Apesar dos livros também tratarem de casos de ativismo cívico, usos comunitários, arte pública, contracultura e instalações de arquitetura, já vistos anteriormente, o que eles expandiram significativamente está no escopo e na abrangência dos tipos de propostas de usos temporários ao inserir a questão da ordem econômica com um vasto número de casos. Tais obras apresentam mais uma faceta não só dos usos temporários, mas de um modelo apetitoso e da comercialização da vida moderna em que se vive: os usos temporários servindo para a sociedade do consumo.

Explicadas essas definições e utilizações de múltiplos termos, esta pesquisa assume a necessidade de tratar os casos utilizando dois eixos: o econômico e o social. Percebe-se que ambos os eixos criam espaços insurgentes, pois desafiam visões convencionais de como as zonas urbanas são definidas, configuradas e usadas, e como esses espaços podem transformar o ambiente da cidade. Não mais confinados às áreas públicas tradicionais, como parques e praças públicas, lojas e escritórios convencionais, ambos os modos (o social e o econômico) utilizam-se de táticas urbanas¹⁷ para expressar relações sociais e espaciais alternativas nas cidades.

Na perspectiva do eixo social, aparece esse sentimento de urgência em relação à cidade que parte de dentro da sociedade civil, como um agente gerador e construtor da sua cidade. A auto-organização verificada nos projetos que caracterizam esses usos temporários é impulsionada pela falta de espaços de coexistência com qualidade e representa um potencial para reestruturação urbana comprometida com a comunidade a partir de seus próprios preceitos.

Na perspectiva do eixo econômico, as propostas comerciais temporárias representam um fenômeno em ascensão que parece tensionar modelos tradicionais ao buscar fomentar o “alternativo”, valendo-se de lugares alternativos como simulacros cênicos, transformados, então, em lugares de trocas mercantis. A explosão de lojas, feiras e comércios pop-up¹⁸ em todo o mundo¹⁹, vendendo todo tipo de produto, ocupa lugares incomuns para tais práticas, pois insere o comércio em locais com outras funções que não as habituais para esse fim, como, por exemplo, fábricas abandonadas, boates, jardins privados, condomínios, residências, estacionamentos ou mesmo espaços públicos. Mais recentemente pode-se

¹⁵ Nome do livro de Peter Bishop e Lesley Williams, 2012, que inclui pesquisa teórica com estudos de casos sobre utilização temporária de espaços urbanos e edifícios.

¹⁶ Termo cunhado por Giovanni la Varra, nome de livro e *site* lançado em 2001.

¹⁷ No sentido formulado por Michel de Certeau em *A invenção do Cotidiano* (2014).

¹⁸ Loja de duração limitada.

¹⁹ Peter Bishop e Lesley Williams (2012). *The temporary City*.

contabilizar, junto a esses casos, a proliferação das praças de alimentação montadas com food trucks²⁰ em todo tipo de espaço público e evento urbano.

Essas descrições ilustrativas de um micro-meio criativo de usuários temporários são formadas por pequenas e novas empresas da área chamada economia criativa. Elas operam, em grande medida, à margem do modelo tradicional do setor econômico, pois, independentemente dos ganhos monetizados, cooperam entre si com iniciativas voluntárias e geram considerável contribuição para o equilíbrio social de bairros, onde provocam a promoção e a atratividade de espaços urbanos subutilizados.

Talvez a perpétua busca por novas experiências de consumo seja o fator que tem elevado significativamente o aumento desse setor, associado à exclusividade do “por tempo limitado”. Talvez isso também reflita novas tendências no mercado que incorporam os usos temporários como táticas de aproximação de seus públicos para a viabilização de seus negócios. Também pode ser interessante olhar para este fenômeno como uma reconfiguração das cidades com novos modelos de desenvolvimento.

O uso temporário, muitas vezes, é visto como sinônimo de informalidade, mas os inúmeros casos apresentam situações nas quais o efêmero se manifesta de maneira sistemática. Portanto, continuar simplificando este tipo de experiência, afirmando tratar-se apenas de situações informais, correspondentes a determinadas situações esporádicas, é uma definição que fica restrita a somente alguns aspectos do problema. Situações de uso temporário têm uma série de engrenagens sistêmicas que as fazem funcionar e com as quais se pode aprender, inclusive por se tratarem de ações no espaço público ou de problemas urbanos, mas que têm sido deixados de lado como campo de pesquisa.

Essas situações mencionadas são manifestações da cidade e apontam para a necessidade de pensar como planejamento urbano pode abranger tais processos. Se os usos temporários são um fator importante para o desenvolvimento urbano, como eles podem ser incorporados no planejamento e em seu desenvolvimento? Pode-se considerar a dimensão do tempo como elemento e matéria para intervenções com vistas à promoção da qualificação urbana?

O uso temporário no planejamento urbano – uma possibilidade

Lefebvre (1991), em 1969, escreveu *O Direito à Cidade*, um livro-manifesto reivindicando uma condição que abrangesse a possibilidade de vivenciar a cidade para além da sua dimensão produtiva, mas como obra coletiva. O direito à cidade seria, então, o direito a transformar e projetar uma nova cidade, na qual predominassem o valor de uso, ou seja, focada nas necessidades das pessoas, pautadas na autogestão em todos os âmbitos da vida.

²⁰ Carros equipados com cozinha e ponto de venda de produtos alimentícios e bebidas, os quais estacionam em todo tipo de espaço urbano público, ou não, agrupados, ou não.

Em busca da constituição de novas experiências e territorialidades e influenciados por essas teorias, durante a década de 1960, membros da Internacional Situacionista desenvolveram um discurso e práticas em que propunham o resgate às múltiplas formas de vivenciar as cidades – uma alternativa contra a cultura do espetáculo, a alienação da sociedade e como forma de crítica ao pensamento de cidade do Movimento Moderno. O pensamento situacionista urbano não pretendia a formalização de um projeto de cidade; ele estava baseado na construção de situações. Entendia que situações eram experiências que deveriam ser alcançadas coletivamente. Uma situação construída seria, então, um “momento da vida, concreta e deliberadamente construído pela organização coletiva de uma ambiência unitária de um jogo de acontecimentos” (JACQUES, 2003, p. 22).

Para os situacionistas, os habitantes deveriam transformar-se de meros espectadores em vivenciadores de seus próprios espaços – é um manifesto pela participação efetiva da vida urbana. Todo esse discurso está moldado pela utilização do ambiente urbano para induzir à participação e à revolução da vida cotidiana, e, assim, instigar a transformação da própria vida do espectador. Para tentar chegar a essa construção total de um ambiente, os situacionistas propuseram a experiência da deriva. A técnica da deriva seria uma apropriação do espaço urbano pelo pedestre por meio da ação do andar sem rumo. A definição dessa técnica era descrita por Guy Debord como “modo de comportamento experimental ligado às condições da sociedade urbana: técnica da passagem rápida por ambiências variadas. Diz-se também, mais particularmente, para designar a duração de um exercício contínuo dessa experiência” (JACQUES, 2003, p. 89).

Esse exercício estava baseado no método chamado de psicogeografia, isto é, uma “geografia afetiva, subjetiva, que buscava cartografar as diferentes ambiências psíquicas provocadas basicamente pelas deambulações urbanas que eram as derivas Situacionistas” (JACQUES, 2003, p. 23). O conjunto dessa teoria formalizava o “Urbanismo Unitário” defendido pelo grupo. Define-se Urbanismo Unitário como uma “teoria do emprego conjunto de artes e técnicas que concorrem para a construção integral de um ambiente em ligação dinâmica com experiências de comportamento” (JACQUES, 2003, p. 24).

Pode-se fazer um paralelo dessas investigações teóricas de Lefebvre e as experiências situacionistas com as propostas dos usos temporários na contemporaneidade. Pois, contra o sistema dominante que organiza e impõe um modelo de produção e configuração urbana, tais propostas inserem suas novas práticas urbanas reivindicando um espaço seu na urdidura do tecido urbano e social da cidade. Através de um modo camaleônico e fugaz, como uma forma alternativa de operar na cidade, os usos temporários implantam um modo tático no jeito de construir a cidade. As ações táticas exploram o potencial dessas aberturas procurando por resultados inventivos – desvios do contexto existente que organizam espaços autônomos. Essas definições que se referem à tática como um sistema ou modo de procedimento se aproximam dos métodos utilizados pelos precursores dos usos temporários como método de ação na cidade – o grupo da Internacional Situacionista.

Michael de Certeau (2014), em *Invenção do Cotidiano*, define tática em diferença à estratégia. De Certeau (2014) esclarece que a estratégia é um trabalho de sistematização – impor uma ordem. Quando essa maneira deve ou precisa ser quebrada e reagrupada, é requerido um modelo tático. Para De Certeau, as táticas são maneiras que se usam para

negociar as estratégias que são estabelecidas. Enquanto estratégia organiza uma visão macro e a longo prazo, tática ocupa-se da microescala – do particular, podendo referir-se a ações imediatas, a curto prazo. Atitudes táticas estão sempre à espreita de oportunidades que devem ser aproveitadas. De Certeau diz que é por meio de manipulações oferecidas pelas circunstâncias que se configura o desenho tático, ou seja, são ações isoladas ou eventos que tiram proveito de oportunidades oferecidas por aberturas em sistemas estratégicos. Quando essa maneira deve ou precisa ser quebrada e reagrupada, é requerido um modelo tático. As táticas são formas de negociar as estratégias que devem ser estabelecidas e permitem afirmar certa individualidade e autonomia. Atitudes táticas contam com o tempo e estão sempre à espreita de oportunidades que devem ser aproveitadas, ou seja, exatamente como os atos de usos temporários se estabelecem.

Para o autor, a tática é empregada na experiência militar como forma de designar as tropas no campo de batalha com ordem, rapidez e recíproca proteção, segundo as condições de suas armas e do terreno. No uso militar, uma tática é empregada por uma unidade militar não maior do que uma divisão para implementar uma missão específica e alcançar um objetivo específico ou para avançar em direção a esse objetivo. Uma tática é implementada como uma tarefa capaz de manobrar forças em combate com a habilidade de se apoiar nos recursos disponíveis para alcançar um objetivo.

Sophie Wolfrum aponta que os usos temporários trazem uma visão de abordagem arquitetônica para as estratégias urbanas. Seguindo esse enfoque, a autora define que este tipo projeto são um “urbanismo performativo”, que focaliza “na produção do espaço, na percepção e adoção do corpo individual, bem como a interferência na cidade, com movimento e ocorrência” (ROSA, 2011, p. 214). A mudança da forma dos usos temporários apresentada pela autora, que altera o enfoque das estratégias urbanas, também é afirmada por Peter Bishop e Lesley Williams (2012), que apresentam a ideia de que esse modelo tem processos mais táticos, escalonados, participativos e abertos à colaboração. Os usos temporários estão conectados com as urgências do cotidiano. O urbanismo do dia a dia está em sintonia com intervenções que reforçam as “qualidades heterogêneas não destinadas”, espaços pequenos, indistintos e temporários (CHASE, CRAWFORD e KALISKI, 2008, p. 28). Enquanto o planejamento urbano está preocupado em ser estratégico e regulamentar como as cidades devem crescer e ser usadas – e os planos e projetos urbanísticos não são capazes de criar o espontâneo e o inesperado – os usos temporários ordinários são muitas vezes, justamente porque são concebidas como atividades não planejadas, o que acabam fornecendo diversidade, dinamismo e atratividade para áreas urbanas.

Se, por um lado, o projeto urbano está no nível da estratégia e é fornecido pelas práticas de planejamento urbano tradicional, por outro, pode haver propostas táticas, expressas por esses microubanismos efêmeros que atuam nas oportunidades do cotidiano, nas brechas do desenho da cidade e nas necessidades dos usuários. Ambas podem conviver e não se invalidam. A flexibilização dos processos, a capacidade de lidar com o inesperado e saber operar nas frestas abertas pelo status de impermanência das coisas fazem parte do cotidiano de quem trabalha com um programa “temporário”. Talvez este seja o aprendizado para o planejamento urbano. O que está em jogo nessa questão é borrar o pensamento binário, que só permite ver a distância entre o formal e o informal, o precário e o estabelecido, o efêmero e o permanente.

O Urban Catalyst (2013) defende a incorporação inteligente de usos temporários como uma nova forma de planejamento urbano baseado na formalização do informal e na informalidade do formal. Para os autores, o planejamento urbano sempre se moveu no campo da tensão entre o planejado e o desenvolvimento não planejado, em que a informalidade predomina sobre os processos. Para eles, os usos informais e os usos temporários são tradicionalmente vistos como ameaça aos interesses dos proprietários e desenvolvedores, mas, diferentemente disso, têm se mostrado em diversas cidades do mundo como catalizadores de novos desenvolvimentos, com potencial de influenciar a qualidade urbana. Os autores demonstram que, em terrenos baldios urbanos e outros espaços residuais nos quais o planejamento falha em devolver esses lugares a uma ocupação efetiva, as propostas efêmeras têm se apresentado como uma alternativa que desafia a noção de permanência como condição básica para o planejamento das cidades. Uma proposta efêmera, com ações táticas, não invalida o trabalho da arquitetura que visa o mais perene nem o planejamento que projeta a longo prazo. Uma proposta pode complementar a outra.

Segundo Mehrota (2014, p. 70), quando se dissolvem essas fronteiras entre informal/formal e temporário/permanente, abrem-se oportunidades para novos campos de imaginação e para a fertilização do processo de projeto de urbanismo. Segundo Bishop e Williams (2012), essa dissolução provoca visões mais frouxas dos processos que, em vez de estados finais idealizados, como é o caso do plano para o urbanismo, deixa espaço para as imprevisibilidades. Para os autores, esses tipos de proposições criativas na cidade utilizam-se de fases de desenvolvimento, muitas vezes com uma gama de estágios temporários ao longo de um caminho que, com mais flexibilidade, move-se em direção a uma visão final vagamente definida, em vez de em direção a um estado final absolutamente pronto.

Para esses autores, um dos aprendizados para o planejamento estaria em trabalhar na forma de pacotes escalonados, com pequenas iniciativas que podem ser mais adequadas para desbloquear o potencial de locais. Essa abordagem muitas vezes inclui “estratégias deliberadas em torno de usos temporários que podem mudar a imagem e permitir estágios intercalados para sentir melhor a demanda da área” (BISHOP e WILLIANS, 2012, p. 102). Utilizações temporárias podem criar uma dinâmica urbana e a valorização de um lugar, tanto em aspectos de sociabilidade como de mercado, e podem até mesmo acelerar o seu eventual desenvolvimento “permanente”, dando maior segurança para futuros investidores durante um processo mais complexo, como o de um masterplan urbano.

Nessa perspectiva, o planejamento urbano pode ser muito mais eficaz se permitir que o desenvolvimento ocorra em camadas ao longo do tempo. Para os autores, essa abordagem reconhece que, para implementar uma fase, deve-se deixar espaço para o impacto do projeto sobre a área circundante em fases subsequentes de um plano. Por isso, ter como método “táticas adaptativas”, comuns aos projetos temporários, pode abrir novas oportunidades para se pensar em curto prazo, especialmente quando elas servem para criar um “ambiente de excitação, um destino e uma nova imagem para a localidade” (Bishop e Williams, 2012, p. 67). Segundo os autores, deve-se aproveitar essa energia e motivação para mudanças e observar o fenômeno como um “open-source de lugares” (BISHOP e WILLIANS, 2012, p. 104).

REFERÊNCIAS

- BAUMAN, Zygmunt. *Modernidade Líquida*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001.
- _____. *Comunidade: a busca por segurança no mundo atual*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2002.
- BISSHOP, Peter; WILLIAMS, Lesley. *The temporary city*. Londres: Routledge, 2012.
- CASTELLS, Manuel. *La ciudad informacional: tecnologías de la información, reestructuración económica y el proceso urbano-regional*. Madri: Alianza Editorial, 1995.
- _____. *A Sociedade em Rede*. In: *A Era da Informação: Economia, Sociedade e Cultura – Vol I*. São Paulo: Paz e Terra, 1999.
- CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano: Artes de fazer*. 2. Ed. - Petrópolis: Vozes, 2014.
- CHASE, John, CRAWFORD, Margaret, KALISKI, John (Orgs.). *Everyday Urbanism*. Nova Iorque: The Monacelli Press, 2008.
- DUARTE, Fábio. *Crise das matrizes espaciais*. São Paulo: Editora Perspectiva, 2002.
- HOU, Jeffrey, *Insurgent Public Space*. Nova Iorque: Routledge, 2012.
- HARVEY, David. et al. *Occupy*. São Paulo: Boitempo Carta Maior, 2012.
- JACQUES, Paola Berestein (Org.). *Apologia da deriva: escritos situacionistas sobre a cidade/Internacional Situacionista*. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2003.
- LEFEBVRE, Henri. *O Direito à Cidade*. São Paulo: Editora Moraes, 1991.
- LYDON, Mike.; GARCIA, Anthony. *Tactical Urbanism: Short-term action for long-term change*. Washington: Islandpress, 2015.
- PEIXOTO, Nelson Brissac. *Artes cidades*. São Paulo: Editora SENAC, 1997.
- REYES, Paulo Edison Belo. *Quando a rua vira corpo [ou a dimensão pública na ordem digital]*. São Leopoldo: Editora UNISINOS, 2005.
- ROCHA, Heliana Faria Mettig. *O Lugar das Práticas Comunitárias Emergentes: Caminhos de Coexistência Socioecológica em Projetos Urbanos*. (Tese de Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal da Bahia. Salvador, 2017.
- ROSA, Marcos.; WEILAND, Ute E. (Orgs.) *Handmade Urbanism – From Community Initiatives to Participatory Models*. 2ª ed. Berlim: Jovis, 2014.

ROSA, Marcos. Micro: Planejamento Práticas urbanas criativas (org). São Paulo: Editora de Cultura, 2011.

_____. From Modern Infrastructures to Operational Networks - The Qualification of Local Space at Existing Large Scale Utility Infrastructure: A Method for Reading Community-Driven Initiatives. The Case of São Paulo (Tese de doutorado em Planejamento urbano e regional) - Technische Universität München. Munique, 2016.

SOLÀ-MORALES, Ignasi de. Territórios. Barcelona: Gustavo Gili, 2002.

URBAN CATALYST. The Power of Temporary Use. Berlim: Dom Publishers, 2013.

WHYTE, William H. The Social Life of Small Urban Spaces: Nova Iorque: Project For Public Space, 1980.